

Artigo / Article

A Persistência ou o Uso Não Oficial de Topônimos Coloniais na Cidade de Maputo, Moçambique

The Persistence or Unofficial Use of Colonial Toponyms in Maputo City, Mozambique

José Jorge Mahumane 

Universidade Eduardo Mondlane, Mocambique
jmahumane@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1474-521X>

Joel das Neves Tembe 

Universidade Eduardo Mondlane, Mocambique
joelnevestembe@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0184-5430>

Recebido em: 31/08/2022 | Aprovado em: 08/02/2023

Resumo

Tomando como casos de estudos certos topônimos coloniais e pós-coloniais da cidade de Maputo (antes Lourenço Marques), argumentamos que o novo governo de Moçambique independente usou a mudança da toponímia como forma de apagar os vestígios do colonialismo em lugares estratégicos e de maior visibilidade. Ao mesmo tempo, tolerava os topônimos “apolíticos” ou de menor carga política do período colonial. As mudanças visavam inscrever memórias e identidades ligadas ao passado e ao presente do novo regime. Sustentamos que, nos casos analisados, há a permanência ou o uso não oficial de topônimos ilegais e extintos. Esta questão é abordada à luz da memória, do hábito, e das ações político-estratégicas do governo. Este artigo é de natureza qualitativa e se baseia em fontes primárias e secundárias, em entrevistas e observações pessoais. Todas as fontes foram abordadas de forma crítica tendo em conta os objetivos e juízos de valores daqueles que os produziram.

Palavras-chave: Lourenço Marques • Maputo • Toponímia • Colonial • Pós-colonial

Abstract

Based on case studies of specific colonial and post-colonial toponyms in the city of Maputo (formerly Lourenço Marques), we argue that the new government of independent Mozambique used toponymic change as a way to erase the

vestiges of colonialism in strategic and more visible places while, at the same time, tolerating the 'apolitical' or less politically charged toponyms of the colonial period. The changes aimed to inscribe the memories and identities linked to the past and present of the new regime. We argue that in the analyzed cases, there is permanence or the unofficial use of illegal and extinct toponyms. We approach this question in the light of memory, habit, and political-strategic actions of the government. This paper is qualitative in nature and based on primary and secondary sources, interviews, and personal observations. All these sources were critically approached taking into account the objectives and value judgments of those who produced them.

Keywords: Lourenço Marques • Maputo • Toponymy • Colonial • Post-colonial

Introdução

P. Massango, com cerca de 66 anos de idade, residente na cidade de Maputo, fazia lembrar que “alguns de nós [velhos] continuamos a chamar esta parte da *doropa* de rua de *Araújo*” (Massango, Map, 11 mar 22). O velho Massango fazia alusão a um empréstimo da língua *Afrikaans* que se vulgarizou no sul de Moçambique para designar cidade de *doropa*, de *dorp*.¹ Mas, mais importante ainda, Massango trazia à superfície um topônimo colonial que o novo governo liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) procurou “apagar” da circulação.

O topônimo rua de *Araújo* foi, nos primeiros anos da independência nacional, substituído pelo topônimo *Bagamoio*, que carrega consigo parte da história da formação da FRELIMO (1962) e da luta de libertação nacional (1964-1974). *Bagamoyo*, *aportuguesado para Bagamoio*, foi uma “base” da FRELIMO no território da Tanganyika (agora Tanzânia) que serviu de berço da luta de libertação, onde se instalou o primeiro centro de treinos e centro educacional em 1963 com dormitório para os guerrilheiros, refeitório e cozinha, e onde mais tarde foi estabelecida a Escola Secundária da FRELIMO na década de 1970 (TEMBE, 2014; DW, 2021).

A experiência colonial que Moçambique partilha com muitos países do continente deixou marcas na toponímia. A transplantação de topônimos a partir de Europa ou a criação de novos topônimos baseados em elementos geográficos e cristianismo (RAPER, 1988, p. 25) acompanhou a expansão europeia, as conquistas (campanhas de “pacificação”) e a administração colonial (CORVAJA, 2003). De fato, “[...] depois das guerras, os estrangeiros [europeus] tomaram para si as terras e, conseqüentemente, alteraram os nomes destas recorrendo a várias estratégias” (NGUNGA, 2021, p. 48).

¹ Do holandês *dorp*, significando aldeia ou (pequena) vila ou (pequena) cidade (<https://studysite.org/dictionary/Afrikaans-meaning-of-dorp>, acessado aos 03 de Agosto de 2022). A importação de topônimos da África do Sul para Moçambique está intimamente ligada com o trabalho migratório de moçambicanos para as minas sul africanas a partir dos finais do século XIX. Sobre este assunto ver, entre outros, Harries (1994); Covane (2001); Hedges (2000).

Pretendemos com este artigo contribuir na compreensão da persistência de topônimos coloniais depois da independência de Moçambique, ou seja, contribuir na compreensão do continuado uso não oficial de topônimos “ilegais e extintos”. Para este empreendimento tomamos como objetos de análise a) a rua Araújo x rua de Bagamoio; b) bairro de Benfica x bairro Georgi Dimitrov; c) bairro Indígena x bairro da Munhuana e; d) bairro Choupal x bairro 25 de Junho.

Este estudo é de natureza qualitativa e adota o método histórico comparativo, fato que permitiu estabelecer comparações das dinâmicas da toponímia em Lourenço Marques (posteriormente Maputo) ao longo do tempo. Baseia-se em entrevistas semi-estruturadas feitas a residentes com experiência colonial e pós colonial, mas também em observações na medida em que os autores se encontram a residir na mesma cidade.

Os estudos toponímicos sobre Moçambique são relativamente escassos², notando-se nestes poucos debates a ausência gritante dos historiadores. No geral, muitos estudos destacam o fato da toponímia colonial não refletir a história, a geografia, cultura e o multilinguismo do território (NGUNGA, 2021; ROQUE, 2009; MENESES, 2021) em oposição a topônimos autótones (ROQUE, 2009; ROQUE, 2011; LIESEGANG, 1987; HENRIKSEN, 2015; BAIA, 2009) e a coexistência toponímica (CUMBE, 2016). Devido a essa lacuna alguns destes estudos destacam que as ações do governo pós colonial relacionadas com a mudança toponímica visavam acabar com a alienação colonial (PILILÃO, 1989). No entanto, praticamente não existem estudos sobre a persistência ou uso de topônimos legalmente extintos.

Conforme atestam os estudos toponímicos, as revoluções políticas são acompanhadas da introdução de novos topônimos que procuram apagar o legado anterior. Aconteceu com o colonialismo que procurou europeizar os lugares e em situações em que isso não aconteceu a tendência foi a de mudar as grafias dos nomes africanos dando-lhes cunho europeu (YEOH, 1992; BIGOM, 2008). A Europa pós Segunda Guerra Mundial e pós Comunista foi palco de mudanças semelhantes (AZARYAHU, 1997; AZARYAHU, 2012). Os novos Estados pós coloniais no continente africano, na sua maioria, seguiram a mesma direção de tentar apagar o legado colonial através de novos topônimos como forma de forjar novas identidades nascidas das cinzas do colonialismo (HOBSBAWN, 1993). O que aqui ressalta é como a política da memória é inculcada nos espaços (lugares) para reafirmar controlo político (DROZDZEWSKI, 2014).

Embora a independência tenha sido encarada como um marco para se acabar com o legado colonial o fato é que do ponto de vista da toponímia a evidência apresenta resultados mistos. No Zimbábue, por exemplo, a natureza da descolonização e dos acordos de Lancaster

² Num espaço mais vasto, da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), Salgueiro (2016, p. 57) destaca este atraso, mas peca por invocar um suposto desajuste toponímico de Moçambique pelo fato de não ter aderido ao Acordo Ortográfico e por via disso ajustar a toponímia. Mesmo no sul global Guissemo (2018, p. 24) constatou na sua tese de Doutoramento que existem poucos estudos relacionados com discursos públicos anexados a monumentos e toponímia.

House contribuíram, em parte, para a permanência de topônimos coloniais embora contestados (SNODIA; TASARA; NICHOLAS, 2014). Na África do Sul pós apartheid o cenário de nomes contestados tem marcado a sua trajetória histórica recente (THOTSE, 2010; ORGERET, 2010; NDLETYANA, 2012).

Considerando que a toponímia reflete contextos específicos e que nunca é estática, pois que alguns nomes portugueses sobreviveram enquanto outros foram adaptados, traduzidos (no todo ou em parte) ou suplantados (Raper, 1988, p.25) postulamos que o governo de Moçambique depois da independência nacional (1975) usou a mudança toponímica como forma de apagar os vestígios do colonialismo em lugares estratégicos e de maior visibilidade enquanto ao mesmo tempo tolerava os topônimos “apolíticos” ou de menor carga política do período colonial. Sustentamos que as mudanças toponímicas visavam inscrever as memórias e identidades ligadas ao passado e presente do novo regime. Abordamos estas questões à luz da memória, hábito e ações político-estratégicas do governo. Tendo em conta esta perspectiva destacamos como hipóteses operativas que (i) existe evidências de resistência popular a um topônimo não popular, que pode, em parte, ser rotulado por “resistência consciente”; (ii) a persistência dos hábitos no uso de topônimos coloniais;³ (iii) fraqueza das estruturas administrativas pós coloniais na “imposição dos novos topônimos.”⁴

Este artigo, considerando a natureza dinâmica da toponímia e a sua estreita ligação com a memória individual e coletiva, toma como referência os estudos de Duncan Light e Craig Young (2014) e de Wenchuan Huang (2019) que fornecem explicações acerca da persistência de topônimos anteriores em épocas de novos regimes tomando como base as variáveis memória e hábito. O estudo será igualmente animado pelas análises estruturalistas (VANSINA, 1994), pois têm o potencial de permitir explicar as fraquezas do governo pós independente na imposição dos novos topônimos.

1 Continuidades pós-coloniais na toponímia de Lourenço Marques

Os novos regimes que conquistam o poder tendem a apagar os vestígios do anterior regime político como forma de inscrever novas memórias e identidades no espaço (LIGHT; YOUNG, 2014; HUANG, 2019). No entanto, a análise cuidadosa do caso de Lourenço Marques (atual Maputo) mostra que, apesar da deliberada retirada dos vestígios ligados ao colonialismo depois da independência nacional (1975), houve permanências. Estas continuidades são, em parte, justificadas pela sua irrelevância política e sua estreita relação com a população nativa ou mera coincidência.

³ Estes dois argumentos foram construídos aqui a partir de Duncan Light e Craig Young (2014).

⁴ O terceiro argumento tomou como base as análises da história moderna de Moçambique sobretudo as análises da evolução social, política e económica desde 1975 até a 2010 (ADAM, 2016).

Lourenço Marques se tornou a capital da colónia de Moçambique, sucedendo a Ilha de Moçambique. Desde os primeiros anos a Baía da Lagoa, lugar onde se instalara o Presídido que se tornou a geratriz da cidade, se tinha tornado num símbolo do colonialismo português enraizado em diferenças raciais. O topónimo de *Xilungwuine*, introduzido no tempo colonial para designar o lugar do branco⁵, marca esta percepção racializada do espaço (PENVENNE, 1996, p. 1). A cidade se tinha tornado o símbolo do poder e da exploração colonial simbolizados nas instituições, no trabalho forçado e, no contexto deste artigo, na toponímia inscrita no espaço.

A avenida 24 de Julho era assim chamada durante o período colonial.⁶ Teve como motivo a data da fundação de Lourenço Marques, 24 de Julho de 1875. Nesta data o Marechal francês Mac-Mahon proferiu a sentença arbitral cuja consequência imediata foi a proclamação da povoação de Lourenço Marques em vila por decreto de 9 de Dezembro de 1876. Depois da expedição de obras públicas lideradas pelo Joaquim José Machado, 24 de Julho passou a ser o dia da cidade de Lourenço Marques (LIMA, 1966).

Sucede que as nacionalizações foram decretadas na mesma data, mas no ano de 1975, um mês depois da proclamação da independência nacional.⁷ Tendo em conta a importância desta data, o novo regime liderado pela FRELIMO manteve a denominação 24 de Julho, mas conferindo-lhe um outro significado, o das nacionalizações. Assim, na memória coletiva⁸ passou a se inculcar este novo significado. Portanto, estamos perante uma situação de continuidade do topónimo, mas com a mudança no significado. Tratou-se de uma coincidência fortuita que foi aproveitada realçando-se o novo significado, não aquele ligado com o colonialismo português.

Alto-Maé é um outro exemplo de continuidade, pois deriva de uma figura política africana importante nos meados do século XIX. Nas primeiras décadas de fixação europeia os portugueses na Baía da Lagoa ou do Espírito Santo preferiram a zona alta, menos pestilenta que a insalubre zona baixa.⁹ Foi por estas alturas que surge o topónimo Alto de Buenos Aires” em referência a zona alta que depois ficou conhecida por Alto-Maé (CORVAJA, 2003). Hewa ou Héua foi o nome do chefe que esteve envolvido na guerra de sucessão de Muzila com Mawewe

⁵ De *Mulungo*, em xi-chichangana, língua falada no sul de Moçambique, para designar um indivíduo branco.

⁶ Antes era chamada de Avenida Francisco Costa em homenagem a Francisco Joaquim da Costa e Silva (1826-1899) que fez sua carreira na Administração Pública, tendo sido tenente do Batalhão dos Empregados Públicos quando foi nomeado secretário-geral de Angola a 23 de Abril de 1847. Ele foi igualmente oficial e secretário graduado do Conselho Ultramarino e a “20 de Julho de 1876 ascendeu a director-geral do Ultramar, tendo sido grande colaborador de Rebelo da Silva quando este foi ministro da Marinha e Ultramar” (THE DELAGOA BAY WORLD, 2021).

⁷ No dia 24 de Julho, o Governo liderado por Samora Machel declarou a nacionalização da Saúde, Educação e da Justiça, para em 1976 nacionalizar as casas de rendimento.

⁸ Sobre a memória coletiva ver, entre outros, Assmann & Czaplicka (1995); Gedí & Elam (1996); Hedstrom (2002).

⁹ A Baía da Lagoa, posteriormente Lourenço Marques, tinha granjeado fama como lugar de doença. A “febre da baía da Lagoa” (Delagoa Bay fever) usada de forma indiscriminada para uma variedade de doenças causava terror e pânico nos europeus incluindo o medo das quizumbas (MONTEIRO, 1891; LOBATO, 1961).

cuja batalha foi travada na zona. Alto Maheua ou Alto Mahé por corrupção ficou Alto-Maé (MOÇAMBIQUE (DO OUTRO LADO DO TEMPO), [s/d]). Não havia razões políticas de vulto para a mudança introduzida pelos portugueses que se refere a um chefe africano. Além do mais, as independências africanas tinham trazido à superfície a “africanização”¹⁰, o regresso às raízes, levado ao extremo por Mobutu¹¹, e o caso de Alto-Maé correspondia a isso. O termo “Alto” provavelmente deve não ter sido um problema por se referir a topografia do lugar em relação à zona baixa.

O Padrão de Guerra¹² é um outro monumento que se manteve inalterado, mas a praça que o rodeia mudou de Praça Mac-Mahon para Praça dos Trabalhadores. A imponência da estátua, conjugada com símbolos portugueses e sobretudo de africanos que participaram na Grande Guerra¹³ pode ter contribuído para a sua continuidade. Além do mais, os nomes inscritos neste monumento que se referem aos lugares onde ocorreram as batalhas são locais africanos e não refletem a ideia de subjugação, de derrota. Também valeu o sacrifício pela participação na Grande Guerra vencida pelos aliados. Portanto, parte da memória e identidades dos moçambicanos se encontravam representados no Padrão de Guerra.

O Jardim Memorial de Louis Trichardt (THE DELAGOA BAY WORLD, 2016) não foi apanhado pela onda das renomeações toponímicas dos espaços que caracterizaram Lourenço Marques durante o período de transição e nem mesmo depois. Portanto, o monumento, inaugurado às 14 horas do dia 12 de outubro de 1968 continua no mesmo lugar onde jazem as ossadas de Louis Trichardt e sua esposa que morreram de malária em 1838 ou 1839.¹⁴

Dois aspetos chamam atenção a este monumento. Primeiro foi resultado de um Trek Bóer iniciado entre 1835 e 1838, termina com a morte de Louis Trichardt e sua esposa acometidos pela malária que tornava a Baía da Lagoa num túmulo para os brancos.¹⁵ Segundo, a nação bóer é associada com o Apartheid adotado a partir de 1948, o qual Samora Machel jurou combater.

Conforme se pode notar, o novo governo da FRELIMO alterou a toponímia desde o período da transição (de setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975, ano da proclamação da

¹⁰ Sobre a africanização ver, entre outros, Isaacman (1972).

¹¹ Exteriormente, ele deu todas as aparências do nacionalismo africano clássico. Usava o traje dos chefes tradicionais, misturado com a sua própria versão de casacos de negócios. O nome da nação foi alterado para Zaire, uma amálgama totalmente inventada de nomes Bantu. Todos os zairenses foram ordenados a mudar os seus nomes. Ele próprio mudou o seu nome de Joseph para Sese Seko Kuku Ngbendu wa za Banga, ou “o guerreiro todo-conquistador que triunfa sobre todos os obstáculos” (GARRET, 2000, p.58).

¹² O Padrão da Grande Guerra foi inaugurado a 11 de Novembro de 1935 (data que comemora o armistício da Primeira Guerra Mundial). Foi o primeiro grande monumento erguido na colónia de Moçambique desde o dedicado a António Enes em 1910, da autoria de Teixeira Lopes. Resultou de um longo processo desde a primeira proposta de homenagear os combatentes que, na Primeira Guerra Mundial, lutaram e morreram naquela província (VERHEIJ, 2011, p.31).

¹³ Sobre a Grande Guerra em Moçambique ver, entre outros, Abecassis *et al.* (2014).

¹⁴ O túmulo foi descoberto pelo historiador Pereira de Lima. Ver Morton (2015).

¹⁵ Sobre o continente africano como túmulo dos europeus ver: Curtin (1991).

independência nacional), mas há também topónimos que não foram alterados na altura, e nesta última lista inclui-se a Avenida Fernão de Magalhães, rua Afonso Henriques, rua Dom João III, rua Dom João IV, rua Dom Carlos, rua Dona Maria II, rua Marquês de Pombal.

Apesar da importância que Fernão de Magalhães teve no contexto da navegação e descobrimentos não recebeu a mesma exaltação no Moçambique colonial se comparado com Vasco da Gama¹⁶, cuja estátua ainda permanece na Ilha de Moçambique. Portanto, pode assim dizer-se que Fernão de Magalhães não foi imortalizado pelo regime colonial. Eram relativamente poucos dos escolados que tinham consciência do seu papel no empreendimento colonial que levou à exploração e alienação dos povos colonizados. Além do mais, levando em consideração que o ensino visava formar serviçais não se pode estranhar que Fernão de Magalhães tenha sido um anónimo para a maioria dos nativos e continuou assim depois da independência. O Jardim Vasco de Gama, no centro da capital moçambicana, tornou-se Jardim Tunduru, um outro topónimo ligado à Tanzânia no contexto da luta de libertação.

O raciocínio anterior se aplica para casos da rua Afonso Henriques, rua Dom João III, rua Dom João IV, rua Dom Carlos, rua Dona Maria II, rua Marques de Pombal, apesar de algumas destas figuras serem extremamente importantes na história de Portugal.

O novo regime monopartidário da FRELIMO tinha o monopólio da atribuição oficial dos topónimos, mas não agiu numa parte considerável do património edificado. Muitos prédios não mudaram dos seus nomes atribuídos¹⁷ durante o período colonial com a exceção dos edifícios de utilidade pública como os hospitais, escolas.¹⁸ Mas os nomes dos hotéis não mudaram apesar do racismo que acompanhava a sua prática diária.¹⁹

Várias explicações podem ser mobilizadas para explicar esta falta de intervenção. Em primeiro lugar a manutenção do seu funcionamento era urgente para a continuidade económica. E isto pressupõe que a clientela de elite, independentemente da raça, não devia ser “assustada” com o novo nome que podia explícita ou implicitamente implicar grandes mudanças nos serviços oferecidos.²⁰ Em segundo lugar, os nomes destes edifícios não tinham nenhuma conotação direta com o regime colonial fascista aos olhos da FRELIMO. Os nomes

¹⁶ O Jardim Municipal Vasco da Gama assim designado no período colonial se tornou no Jardim Municipal Tunduru depois da independência. Tunduru é também um topónimo buscado na Tanganyica (actual Tanzânia), local onde foi instalado um infantário e centro educacional da FRELIMO.

¹⁷ Os espaços públicos privados nunca foram objecto de regulamentação. 1976, um ano depois da independência nacional, foi publicada a primeira legislação sobre a toponímia que incidia na definição de competências para a fixação ou alteração da toponímia no país a espaços públicos estatais (Moçambique, Boletim da Republica n° 44, I Serie, Decreto-Lei n° 14/76, de 15 de Abril). A revisão do dispositivo que regula a matéria de nomeação de lugares ocorrida em 2014 manteve a omissão em relação aos lugares públicos privados (Moçambique, Boletim da Republica n° 41, I Serie, Decreto-Lei n° 1/2014, de 22 de Maio).

¹⁸ Liceu Salazar ficou Josina Machel, Museu de Álvaro de Castro se tornou Museu de História Natural (VERHEIJ, 2011, p.130).

¹⁹ Sobre edifícios históricos de Lourenço Marques ver: Lima (1966) e Lima (1968).

²⁰ Quase a totalidade dos hotéis e restaurantes existentes conservam ainda os nomes atribuídos no tempo colonial. Eram estâncias conhecidas internacionalmente.

refletiam pessoas ou sociedades que não chegaram a se inscrever no passado colonial sombrio e de exploração. Em terceiro lugar, não havia necessidade de mudar, por exemplo, o nome de Hotel Polana que deriva do nome do régulo local que tinha já adquirido visibilidade internacional.

2 O uso não oficial (permanência) de topônimos coloniais na cidade de Maputo

Este capítulo se debruça da persistência da toponímia colonial num cenário em que o novo governo liderado pela FRELIMO introduziu novos topônimos. Tomando os exemplos da rua Araújo versus rua de Bagamoio, bairro de Benfica versus Georgi Dimitrov, bairro Indígena versus bairro da Munhuana e bairro Choupal versus bairro 25 de Junho, postulamos que a permanência dos topônimos coloniais é justificada por razões relacionadas com memória, hábito e ausência de ações concretas para a ampla adoção dos novos topônimos introduzidos depois da independência nacional.

Um dos lugares que se mostrava urgente mudar o topônimo era a rua de Araújo. Esta acabou por ser rua de Bagamoio. Posteriormente a mesma rua passou por uma espécie de moralização quando “as alegadas putas e os seus alegados proxenetas foram mandados para a reabilitação” (THE DELAGOA BAY REVIEW, 2010). As observações pessoais e as constatações feitas durante o trabalho de campo revelam que o nome de rua de Araújo persiste de forma esmagadora e em outros cenários em paralelo com o nome de rua de Bagamoio. Constatou-se, em variadas ocasiões um desconhecimento da proveniência destes topônimos.

A persistência secular do topônimo rua Araújo é atestada nas palavras de uma entrevistada que venceu que: “muitos de nós conhecemos esta zona como rua de Araújo” e continuou, dizendo que “frequentemente tu ouves pessoas a falar de irem a rua Araújo e não rua de Bagamoio” (An, Map, 11 mar 22). Ir à rua de Araújo, nas palavras desta entrevistada, equivale a ir no mesmo lugar para o trabalho de sexo, uma formulação que também se aplica aos frequentadores da mesma rua. De facto, foram esclarecedoras as palavras de um jovem quando afirmou que “conheço mais isto como rua de Araújo, apesar de saber que é zona Quente e rua de Bagamoio. Eu e meus próximos chamamos este lugar de rua de Araújo. É o nome que tem a merecida fama” (An, Map, 11 mar 22).

O topônimo rua Araújo havia se incrustado na memória de muitos habitantes da cidade de Lourenço Marques e seus arredores. As propaladas prostitutas tiveram um papel de relevo na disseminação do nome para além dos limites da cidade de Lourenço Marques para os subúrbios onde no geral viviam, mas também os vários indivíduos de diversas nacionalidades que por razões profissionais (sobretudo marinheiros e soldados) e de lazer frequentavam. Estes também foram instrumentais na circulação e internacionalização do local que é simultaneamente um lugar físico e lugar do trabalho de sexo, ou seja, da vida nocturna.

O hábito pesou também de forma significativa. Apesar das tentativas de “moralização” da rua Araújo atribuindo-lhe um topônimo ligado à formação e luta de libertação da FRELIMO com o envio das prostitutas para os campos de reeducação²¹ o nome persistiu. Supunha-se que as ações do novo regime independente visavam acabar com as prostitutas e que também contribuiriam no desaparecimento do topônimo rua Araújo e suas práticas “mundanas, degradantes e condenáveis” (THE DELAGOA BAY REVIEW, 2010). O medo que se instalou em se ser prostituta com o visível espectro de envio forçado para um campo de reeducação (MACHAVA, 2019), não foi suficiente para apagar a memória e o hábito. A atividade antes aberta durante o período colonial foi para a clandestinidade carregando consigo o nome dos tempos de ouro da atividade de prostituição.

As pessoas acusadas de prostitutas e deportadas no contexto da Operação Produção, continuam a dizer que “fui presa por trabalhar na rua de Araújo [e não rua de Bagamoio]” (An, Map, 11 mar 22). Igualmente as potenciais vítimas que viviam com o terror e medo dos campos de reeducação tinham na sua memória que corriam este perigo por trabalhar na rua de Araújo. Os familiares e amigos que ficaram na cidade de Maputo e subúrbios de supostas prostitutas continuaram amargamente a se lembrarem de filhas, irmãs, tias, mães, primas que foram tiradas da rua Araújo e não Bagamoio²² (CABRITA, 2000, p. 96). Portanto, como consequência não intencionada, o nome de rua Araújo se popularizou, em parte, com a Operação Produção acabando por chegar nas remotas terras rurais da província de Niassa e Cabo Delgado.²³

Além do mais, a “moralização” não surtiu os efeitos desejados. A evidência demonstra que o novo governo da FRELIMO não foi capaz de “escangalhar”²⁴ este mal. A prostituição não parou. O novo topônimo de rua de Bagamoio não conseguiu eclipsar a fama que a rua de Araújo tinha ganho. A rua de Araújo passou a ser sinônimo de trabalho de sexo. De fato, independentemente do lugar que uma determinada prostituta oferecia seus serviços vizinhos e conhecidos continuaram por longo tempo a dizer “ela vai para a rua de Araújo” (An, Map, 11 mar 22).

Nota-se igualmente que durante e depois da Operação Produção não houve nenhum esforço para inculcar na memória das pessoas o topônimo de rua de Bagamoio. A denominação rua de Bagamoio ficou relegada para o uso oficial nas correspondências e não no dia-a-dia das pessoas que continuaram a frequentá-la. Nem houve uma disposição administrativa legal que

²¹ Sobre os campos de reeducação no contexto da Operação Produção ver, entre outros, Cabrita (2000); Machava (2011, 2019); Trindade (2003); Quembo (2017); Robinson (2006).

²² Sobre as memórias nostálgicas dos evacuados e evacuadas no contexto da Operação Produção ver entre outros Raimundo (2009), Machava (2019)

²³ De acordo com Quembo (2017) a Operação Produção foi uma estratégia política visando “tornar os improdutivos em produtivos tirando os das zonas urbanas e colocando os nas zonas rurais remotas especialmente no centro e norte de Moçambique. Os tais “improdutivos” foram deixados à sua sorte numa espécie de *kulacks* da União Soviética (Machava, 2019).

²⁴ Este vocábulo se tornou frequente no jargão político moçambicano depois da independência frequentemente anunciada visando acabar com o legado do colonialismo.

incluía a devolução de toda correspondência que posteriormente vinha com o nome de rua de Araújo como os portugueses fizeram em relação aos ingleses, que teimavam em chamar a Baía de Lourenço Marques de Delagoa Bay depois da sentença arbitral de Mac-Mahon, que reconheceu a soberania portuguesa da baía (CORVAJA, 2003).

2.1 Benfica versus Georgi Dimitrov

Benfica foi um subúrbio da cidade de Lourenço Marques assim denominada pelas autoridades coloniais. No pós independência o mesmo subúrbio foi renomeado Georgi Dimitrov. Mas a população do bairro e arredores continua, grosso modo, a chamar o mesmo bairro de Benfica, uma espécie de resistência popular a um topónimo não popular, que pode, em parte, ser rotulado por resistência consciente.

Tratou-se, à semelhança de muitos casos, de um esforço visando apagar as marcas do regime colonial com as novas marcas ligadas a FRELIMO e sua orientação político-ideológico. Georgi Dimitrov, nascido a 18 de Junho de 1882 e falecido a 2 de julho de 1949, foi um estadista búlgaro, secretário geral da Internacional Comunista (IC) entre 1934 e 1943 e dirigente da Bulgária entre 1948 e 1949.²⁵

Em Lourenço Marques o nome Benfica havia ganho muita proeminência e popularidade na população contra um “anónimo” Georgi Dimitrov. Existia em Portugal a equipa de Futebol com a denominação de Sporting Lisboa Benfica, mas mais conhecida mundialmente como Benfica.

A actual equipa de Costa de Sol, também na época colonial conhecida por Benfica, com bom número de adetos locais, tinha estreitos laços com este clube português. Além do mais moçambicanos como Mário Coluna e Eusébio da Silva²⁶ militavam nesta equipa, mas também na seleção portuguesa durante as últimas décadas do período colonial. E durante o tempo que estiveram a jogar na metrópole ganharam diversos títulos que se tornaram também orgulho da população nativa de Moçambique.

Os jogadores nativos de Moçambique a jogar no clube Sporting Lisboa Benfica ajudaram grandemente na popularização deste topónimo. Muitos “laurentinos”²⁷ e posteriormente maputenses, se identificavam e se identificam com uma equipa local com laços com uma da então metrópole, com destaque para Benfica e Sporting. Georgi Dimitrov continuou a ser um anónimo em muitas pessoas residentes ou não no mesmo bairro.

²⁵ Depois de uma doença prolongada aguda Georgi Dimitrov, Primeiro Ministro da Bulgária comunista morreu a 2 de Julho de 1949. No dia seguinte, o Conselho de Ministros decidiu a construção de um mausoléu especial no qual o corpo do grande falecido foi colocado em repouso e preservado (TODOROVA, 2006).

²⁶ Sobre a vida de Eusébio da Silva e sua chegada a Portugal documentada num filme de longa metragem ver: Filipe Ascensão (Realizador), *Eusébio - História de uma Lenda*, DVD, Lisboa: Ascensão Productions, 2017.

²⁷ Designação adoptada em homenagem a Lourenço Marques, navegador e comerciante português que em 1544 ancorou na baía para explorar as potencialidades económicas da mesma (NEWITT, 1997).

É fato assente que durante a luta de libertação nacional Moçambique recebeu considerável apoio do bloco socialista. Depois da independência a situação permaneceu estacionária. Nos meados da década de 1980 as intervenções de ajuda soviética eram coordenadas no contexto do grupo Conselho de Ajuda Económica Mútua (COMECON). Dentro deste a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era o participante mais importante com envolvimento em 14 projetos, seguida pela Bulgária (11), Checoslováquia (atuais Republicas Tcheca e Eslovaquia) (9), Roménia (6), Cuba (5), República Democrática Alemã (4), Hungria (92) e Polónia (2) (ADAM, 2006, p. 199-200).

É também inegável que a Bulgária, país de Georgi Dimitrov, uma figura também associada à URSS, teve importância significativa nas políticas e estratégias de desenvolvimento do Moçambique pós colonial. De facto, para além do apoio a projetos de desenvolvimento o país foi responsável na formação de muitos quadros moçambicanos incluindo os da geração 8 de março, jovens que foram chamados nesta data em 1977 para continuar com a formação e para ocupar cargos no aparelho de Estado (CARVALHO, 2020; COSTA, 2012).

“Esse nome de Georgi Dimitrov só existia no Bilhete de Identidade e Cartão de Residência”, lembrou o velho P. Massango. Para o mesmo velho Massango “esse nome quase não se usa localmente.” Questionado por que tal situação se verificava o velho para além de dizer que “Georgi Dimitrov é complicado e longo”, também afirmou que “muitos de nós não sabemos quem é ou quem foi.” E sentenciou: “Benfica todo mundo sabe. Eusébio jogou lá. A equipa ainda continua a existir e com muitos adeptos aqui” (Massango, Map, 17 mar 22).

O governo da FRELIMO homenageou um “aliado natural” atribuindo um bairro a uma das suas figuras emblemáticas. Mas esta atribuição foi mais nominal. Existiu nas placas das ruaruas e nas correspondências e nos bilhetes de identificação. O nome não chegou a se incrustar na memória individual e coletiva dos residentes do bairro e arredores. O hábito, a memória e identidade falaram mais alto que as alianças político-económicas e ideológicas.

Não houve ações deliberadas visando explicar e perpetuar o nome de Georgi Dimitrov no respetivo bairro e arredores. Grandes figuras como Karl Marx e Vladimir Lenine tornaram se quase que as únicas referências frequentes nos comícios do período socialista. As estruturas do bairro, os Grupos Dinamizadores, os chefes dos quarteirões tiveram outras tarefas e não de explicar as razões de Benfica deixar de ser Benfica e se chamar Georgi Dimitrov. Porém, outros bairros como Agostinho Neto ou Luís Cabral, foram de fácil assimilação e mais conhecidos no âmbito da ligação da comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no processo de descolonização e lutas de libertação.

Com o colapso da URSS estes nomes a si associados deixaram de ser relevantes. Nos diversos locais onde eram imortalizados, nas paredes das escolas, das fábricas, das empresas, nos jornais do povo, etc., deixaram gradualmente de aparecer. Embora não tenha havido uma ação sistemática para apagar estes nomes, o facto é que não foram “reabilitados” e o tempo se encarregou de os apagar.

Nos últimos anos a postura do Conselho Municipal de Maputo em relação aos transportes semi-colectivos de passageiros ajudou a perpetuar o nome de Benfica em detrimento de Georgi Dimitrov. De fato, não existe nenhum transporte semi coletivo de passageiros com um dístico com o nome Georgi Dimitrov. Pessoas que circulam nas diversas artérias da cidade de Maputo vêem e ouvem constantemente Benfica e não Georgi Dimitrov. E isso inclui os transportes provinciais.

As crianças cresceram e crescem a conhecer Benfica e não Georgi Dimitrov enquanto a imagem de Benfica se perpetua nas telas de televisão, na rádio, nos transportes. De fato, em conversas informais com estudantes do ensino primário e secundário era comum ouvir “não conheço Georgi Dimitrov, mas sim Benfica.” Outros estudantes, mormentes de sexo masculino para além de não conhecerem o bairro Georgi Dimitrov dizem que conhecemos o bairro Benfica e a equipa de Futebol de Portugal.”

2.2 Bairro Indígena versus Munhuana

A partir dos princípios do séc. XX, regista-se um desenvolvimento crescente da atividade portuária em Lourenço Marques, o que pressupunha a presença de mão-de-obra (PENVENNE, 1993). Este fator constituiu o principal pólo de atração de populações nativas vindas do interior, e é apontado como “o catalisador do surgimento dos “assentamentos informais” ou bairros suburbanos em Lourenço Marques” (TRINDADE; CANI, 2006, p. 15). O bairro de Xipamanine foi o primeiro a surgir em 1919, seguindo-se o das Lagoas (actual Maxaquene) por volta de 1938, e por aí em diante (TRINDADE; CANI, 2006).

Os ventos de mudanças começaram a soprar pelo continente na década de 1960. A pressão internacional era no sentido da autodeterminação dos povos. Houve outras potências que gradualmente foram concedendo as independências sem necessidade de luta armada (YOUNG, 2012, P. 7-9). Nesta altura Portugal desenhava uma postura contrária assumindo primeiro que não tinha colônias, mas sim províncias ultramarinas. Como corolário das reformas subsequentes, os nativos das colônias se tornaram em portugueses, embora isso fosse nominal.²⁸

Foi por estas alturas que Portugal ensaiou esforços para a criação de zonas habitacionais com condições minimamente aceitáveis para os indígenas de Lourenço Marques (TRINDADE; CANI, 2006, p. 14). Na sequência disso nasceu o bairro Indígena. A denominação de bairro Indígena é por si só reveladora de um desenvolvimento racial separado, embora teoricamente não se ajustasse, pois segundo as novas disposições legais existiam somente portugueses na distante província ultramarina.

²⁸ Antes de 1961 vigorava nas colônias o Indigenato que estipulava uma separação entre europeus e africanos (nativos). Na sequência de procura de uma adaptação a novas realidades, o governo português aboliu o indigenato passando a reconhecer todos nascidos nas colônias como portugueses, pois que tinham nascido nas províncias ultramarinas (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1954; O'LAUGHLIN, 2000).

Com a independência o bairro Indígena se tornou novamente no Bairro Munhuana. Embora a palavra indígena signifique “natural do país em que um indivíduo habita”, com a colonização foi recebendo outros significados com conotações de inferioridade racial. Foi por estas alturas que o lugar de nascimento foi associado com discriminação. Aquele europeu que tivesse nascido na metrópole gozava de um estatuto elevado em relação a quem tenha nascido nas terras da colônia, o reinol.²⁹

O indígena era o lugar onde o colono exercia o seu poder. A construção do império colonial foi feita na base do sofrimento do indígena. Eram os indígenas que se tornaram nos serviçais, na fonte de extração de mão-de-obra para o trabalho forçado.³⁰ Mesmo a controversa política de assimilação não chegou a libertar os assimilados dos males associados com o ser nativo (PENVENNE, 1996, p. 64-68).

O indigenato, derivado da palavra indígena representava quase tudo de negativo durante a colonização para os africanos. Assim, o bairro indígena representava a exploração do homem pelo homem daí ser necessário apagar da memória individual e coletiva para a construção da nova nação e do homem novo.

A evidência coletada durante o trabalho de campo indica que os dois nomes coexistem. Indivíduos assimilados que viveram ou continuaram a viver nas residências construídas durante o período colonial tendem a se referir ao lugar como bairro Indígena. O hábito adquirido durante a convivência no bairro justifica esta persistência.

“Há alguns anos para trás havia um uso indiscriminado dos nomes para referir o bairro. Para uns era bairro indígena e para outros era Munhuana.” Para este entrevistado os residentes naquelas “casotas dificilmente largaram o nome bairro Indígena.” De acordo com um outro entrevistado “tendiam a ser os mais cultos [assimilados] que teimaram em usar o nome bairro Indígena porque isso lhes conferia um estatuto superior em relação aos outros africanos dada a sua educação e privilégios” (Dudu Abel, Map, 13 Abr 22).

A política de assimilação foi responsável pela diferenciação social entre os negros e mulatos africanos (MOREIRA, 1961; RITA-FEREIRA, 1967–68). Esta diferenciação marcou também de forma significativa o pós independência, pois era o grupo que detinha a formação, tinha o domínio da língua portuguesa e eventualmente outras línguas estrangeiras. O grupo passou a representar um segmento significativo nas profissões liberais e postos de liderança. Além do mais, parte considerável da liderança da FRELIMO era assimilada ou vinha de uma família com raízes assimiladas.

²⁹ “Na base de todo este edifício lusotropical estava, portanto, o português colonizador, avesso ao racismo, eroticamente vocacionado a ligar-se sem quaisquer preconceitos racistas com índias e negras, o português reinol que era já, ele mesmo, produto de miscigenações de judeus, árabes e cristãos...” (MEDINA, 2000, p.51). Em Moçambique, “conquanto as suas origens fossem diversas a generalidade dos elementos desta elite identificava-se com o espaço político do império português” (RODRIGUES, 2007, p. 234).

³⁰ Sobre o trabalho forçado chamado Chibalo ver, entre outras, PENVENNE (1977).

Nas outras conversas notamos ter havido, depois da independência, um uso do termo no sentido de demarcação social com os residentes do bairro: “seu indígena.” Trata-se aqui de uma transplantação de uma forma depreciativa que caracterizou o período colonial. “Seu indígena” equivalia a um insulto, a um lugar subalterno na hierarquia colonial. O bairro Indígena era o *locus* deste grupo. Era o espectro visível da segregação espacial, embora não legalizada como aconteceu com o Apartheid da África do Sul.

O peso que o significado da palavra indígena adquiriu no período colonial raramente dava margem de manobra ao gozado depois da independência por “ser indígena.” Conforme se disse acima ser nativo de onde o indivíduo habita ficou eclisado com o significado de negro e inferior na hierarquia da sociedade. A mudança do nome para Munhuana veio a reparar, em parte, este mal, mas persiste o uso do topônimo colonial.

2.3 Choupal versus 25 de Junho

Em 1970 a população estrangeira (colona) era cerca de 40%. Esta população ocupava, na totalidade, o centro da cidade de cimento, “assim como alguns bairros periféricos construídos de propósito, ao longo de eixos rodoviários de saída da cidade, para uma classe de colonos de menores recursos econômicos, fundamentalmente operários e funcionários públicos.” Foi então que surgiram, na cidade de Lourenço Marques (actual Maputo) bairros como o de Benfica e do Choupal (actual 25 de Junho) (ARAÚJO, 2003).

As autoridades coloniais atribuíram o nome Choupal a um bairro localizado nas periferias da cidade da década de 1970. Parece que a atribuição do topônimo Choupal, transplantado da metrópole, foi feita quase num vazio anterior, ou seja, não existia um nome enraizado em uso antes da toponímia colonial diferentemente do caso do Bairro Indígena que antecedeu o topônimo Munhuana que certamente se tinha enraizado de forma significativa.

Com a independência o bairro mudou para 25 de Junho, data do aniversário da proclamação da independência nacional. As circunstâncias que levaram à independência do país e a forma como foi sendo continuamente celebrada a cada ano na Praça dos Heróis, numa celebração carregada de grande simbolismo, nos bairros e em vários outros locais poderia ter ajudado sobremaneira a apagar o topônimo português. Mas o que se nota é que Choupal coexiste com 25 de Junho desde o momento da mudança até a atualidade.

Indivíduos de idade avançada tendem a usar o topônimo antigo por razões acima expostas enquanto os mais novos tendem a se referir ao bairro como 25 de Junho. “Nós os mais velhos temos o hábito de chamar de Choupal como se chamava antigamente” (Agostinho Ernesto, Map, 10 Abr 22). Para os mais jovens “25 de Junho tinha que ser o nome amplamente usado porque marca a celebração da independência, mas muitos continuam a usar também o nome Choupal” (Xarle Ndimande, Map, 10 Abr 22).

À semelhança com outras realidades aqui analisadas não houve, em termos práticos, uma consciencialização sistemática nos encontros locais e nos comícios para o abandono do topônimo colonial e adoção do novo topônimo que marca a independência nacional. Paralelamente a outros casos o novo governo agiu administrativamente sem acompanhar isso com ações concretas.

Seguindo as pegadas de Duncan Light e Craig Young (2014) e de Wenchuan Huang (2019) postulamos que o caso de Choupal versus 25 de Junho é explicado pelo hábito e memória num cenário de vazio de memória anterior. Neste último caso de cenário de vazio de memória anterior fazemos referência a inexistência de um topônimo enraizado anterior para o lugar para além do fato de o bairro ser relativamente recente.

Conclusão

Este artigo discutiu a permanência ou o uso continuado de topônimos coloniais depois da independência após a sua extinção legal. Assim ao longo do artigo consideramos os casos dos topônimos rua Araújo (colonial) *versus* rua de Bagamoio (pós colonial), bairro de Benfica (colonial) *versus* Georgi Dimitrov (pós colonial), bairro Indígena (colonial) *versus* bairro da Munhuana (pós colonial) e bairro Choupal (colonial) *versus* bairro 25 de Junho (pós colonial) todos da cidade de Maputo, antiga Lourenço Marques.

Notamos que a mudança toponímica fazia parte de um projeto do governo da Frente de Libertação Nacional (FRELIMO) que consistia em inscrever as suas memórias e identidades ligadas ao passado e presente nos espaços físicos da cidade de Maputo como forma de pagar os vestígios do colonialismo português.

Concluimos que na cidade de Maputo há persistência de uso não oficial de topônimos coloniais legalmente extintos. Esta persistência é resultado de uma resistência popular a topônimos estranhos e não populares introduzidos depois da independência nacional nos casos considerados. Para o caso do bairro Benfica concluimos que há uma “oficialização” deste topônimo através de seu uso nos dísticos dos transportes semi-colectivos cujas licenças são emitidas pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo.

Concluimos também que concorrem para a persistência dos topônimos coloniais em causa o hábito, a memória coletiva e individual, a identidade e a ausência de ações político-estratégicas visando perpetuar os novos topônimos adotados depois da independência nacional. Acresce-se a isso o fato de não ter havido envolvimento das comunidades na escolha do topônimo o que, por conseguinte, minou a apropriação e a assimilação dos novos topônimos.

Referências

- ABECASSIS, F. *et al.* *A Grande Guerra em Moçambique*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa/Secção de Ciências Militares, 2014.
- ADAM, Y. *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leoprado: trajectória de Moçambique pós colonial, 1975-1990*. Maputo: Promédia, 2006.
- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique - Decreto-Lei Nr. 39.666*, de 20 de Maio de 1954. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- ALFREDO Pereira de Lima e o Jardim Memorial de Louis Trichardt em Maputo, *The Delagoa Bay World*, "1/6/2016, disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2016/06/01/alfredo-pereira-de-lima-e-o-jardim-memorial-de-louis-trichardt-em-maputo/>, acessado aos 5 de Março de 2022.
- ARAÚJO, M. Os espaços urbanos em Moçambique. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 14, p. 165-182, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>.
- ASSMANN, J.; CZAPLICKA, J. Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*, n. 65, p. 125-133, Spring-Summer, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/488538>.
- AZARYAHU, M. German reunification and the politics of street names: the case of East Berlin. *Political Geography*, v. 16 n. 6, p. 479-493, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0962-6298\(96\)00053-4](https://doi.org/10.1016/S0962-6298(96)00053-4).
- AZARYAHU, M. Renaming the past in post-Nazi Germany: insights into the politics of street naming in Mannheim and Potsdam. *Cultural geographies*, v. 19, n. 3, p. 385-400, 2012. DOI: <http://doi.org/10.1177/1474474011427267>.
- BAIA, A. *Conteúdos da urbanização em Moçambique: considerações a partir da expansão da cidade de Nampula*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- BIGOM, L. Names, norms and forms: French and indigenous toponyms in early colonial Dakar, Senegal. *Planning Perspectives*, v. 23, n. 4, p. 479-501, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/02665430802319021>.
- CABRITA, J. *The Tortuous Road to Democracy*. New York: Palgrave, 2000.
- CARVALHO, X. "Em Moçambique... epa, porra! Os filhos dos dirigentes tinham uma escola!" – memórias de três gerações e suas narrativas escolares em África subsariana. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 39, p. 161-185, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.4997>.
- CORVAJA, L. *Maputo: desenho e arquitectura*. Maputo: Edições FAPF, 2003.
- COSTA, A. Formação de quadros superiores moçambicanos em Portugal: trajetórias, identidades e redes sociais. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 23, p. 131-158, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.557>.
- COVANE, L. *O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique, 1920-1992*. Maputo: Promédia, 2001.
- CUMBE, C. Formal and Informal Toponymic Inscriptions in Maputo: Towards Socio-Linguistics and Anthropology of Street Naming. In: BIGON, L. (Ed.). *Place Names in Africa Colonial Urban Legacies, Entangled Histories*. Berlin: Springer, 2016, p. 200-205. DOI: <http://doi.org/10.1007/978-3-319-32485-2>.
- CURTIN, P. "The White Man's Grave:" Image and Reality, 1780-1850. *Journal of British Studies*, v. 1, n. 1, p. 94-110, nov. 1991.
- DEUS, o negócio e o pecado na rua Araújo em Lourenço Marques. *The Delagoa Bay Review*, 2010. Disponível em: <https://delagoabayword.wordpress.com/2010/10/08/deus-o-negocio-e-o-pecado-na-rua-araujo-em-lourenco-marques>. Acesso em: 4 de Março de 2022.
- DROZDZEWSKI, D. Using history in the streetscape to affirm geopolitics of memory. *Political Geography*, v. 42, 2014, p. 66-78, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2014.06.004>.

LINHA D'ÁGUA

DW. *FRELIMO investe na reabilitação de lugar histórico na Tanzânia*, 30.09.2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/frelimo-investe-na-reabilita%C3%A7%C3%A3o-de-lugar-hist%C3%B3rico-na-tanz%C3%A2nia/a-59364307>. Acesso em: 03 ago. 2022.

GARRET, L. *Betrayal of Trust: The Collapse of Global Public Health*. New York: Hyperion, 2000.

GEDI, N.; ELAM, Y. Collective Memory – What Is It? *History and Memory*, v. 8, n. 1, p. 30-50, Spring-Summer, 1996.

GUISSEMO, M. *Manufacturing Multilingualisms of Marginality in Mozambique: Exploring the Orders of Visibility of African Languages*. Tese (Doutorado em Bilinguismo). Stockholm University, Stockholm, 2018. Disponível em: <https://su.diva-portal.org/smash/get/diva2:1192016/FULLTEXT02.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

HARRIES, P. *Culture and Identity. Migrant Labourers in Mozambique and South Africa, c.1860-1910*. London: James Currey, 1994.

HEDGES, D. O sul e o trabalho migratório. In: SERRA, C. (Coord.) *História de Moçambique*. Volume 1. Maputo: UEM, 2000, p. 348-371.

HEDSTROM, M. Archives, Memory, and Interfaces with the Past. *Archival Science*, n. 2, p. 21-43, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1020800828257>.

HENRIKSEN, S. Da tradição a modernidade e de volta novamente: o caso da toponímia da cidade de Maputo. In: *Conferência “Alberto Viegas” – Modernizando as Tradições*, Nampula, 2015.

HOBBSAWN, E. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Lisboa: Gradiva, 1993.

HUANG, W. Memory and local Identity: The Persistence of Colonial-Era Street Names in Hong Kong After 1997. *Abstracts of the ICA*, v. 1, p. 130, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5194/ica-abs-1-130-2019>.

ISAACMAN, A. *Mozambique: The Africanization of a European Institution: The Zambesi Prazos, 1750–1902*. Madison: University of Wisconsin Press, 1972.

LIESEGANG, G. Lourenço Marques antes de 1895: aspectos da história dos estados vizinhos, da interacção entre a povoação e aqueles estados e do comércio na baía e na povoação - Comemoração do centenário da cidade de Maputo, 1887-1987. *Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n. 2, especial, p. 19-75, out. 1987.

LIGHT, D.; YOUNG, C. Memory, Habit and the Persistence of Socialist-Era Street Names in Post socialist Bucharest, Romania. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 104, n. 3, p. 668-685, May 2014.

LIMA, A. P. *Edifícios históricos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Livraria Académica, 1966.

LIMA, A. P. *Casas que fizeram Lourenço Marques*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968.

LOBATO, A. *Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*. Estudos Moçambicanos. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961.

LOURENÇO Marques: início da década de 1970, *The Delagoa Bay World*, 30/08/2021, disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-av-24-de-julho/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MACHAVA, B. Reeducation camps, austerity, and the carceral regime in socialist Mozambique, 1974–1979. *Journal of African History*, v. 60, n. 3, p. 429–55, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0021853719001014>.

MACHAVA, B. State Discourse on Internal Security and the Politics of Punishment in Post-Independence Mozambique (1975—1983). *Journal of Southern African Studies*, v. 37, n. 3, p. 593-609, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/03057070.2011.602897>.

MEDINA, J. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo. *Revista USP*, São Paulo, n. 45, p. 48-61, mar./maio 2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i45p48-61>.

MENESES, M. P. As estátuas também se abatem: momentos da descolonização em Moçambique. *Dossiê: Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta*, v. 10, n. 18, jan-jun 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/225527>. Acesso em: 4 de Abril de 2023

MOÇAMBIQUE (DO OUTRO LADO DO TEMPO). Alto Maé [...].8 de junho de 2016. Facebook: Moçambique (do outro lado do tempo). Disponível em: <https://web.facebook.com/MocambiquedoOutroLadoDoTempo/posts/1181423041902191/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MONTEIRO, R. *Delagoa Bay: its Natives and Natural History*. London: G. Phillip and Son, 1891.

MOREIRA, A. *Política de integração*. Lisboa: Bertrand, 1961.

MORTON, D. A Voortrekker memorial in revolutionary Maputo. *Journal of Southern African Studies*, v. 41, n. 2, p. 335-352, April 2015.. DOI: 10.1080/03057070.2015.1012911

NDLETYANA, M. Changing place names in post-apartheid South Africa: accounting for the unevenness *Social Dynamics*, v. 38, n. 1, p. 87-103, March 2012. DOI: <http://doi.org/10.1080/02533952.2012.698949>.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Lisbon: Publicações Europa-América, 1997.

NGUNGA, A. A toponímia e a diversidade linguística em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde*, v. 1 n. 1, p. 38-62, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/510/404>. Acesso em: 4 abr. 2023

O'LAUGHLIN, B. Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the Indigenato in Mozambique. *African Affairs*, v. 99, n. 394, p. 5-42, 2000. DOI: <http://doi.org/10.1093/afraf/99.394.5>.

ORGERET, K. The road to renaming – what's in a name? The changing of Durban's street names and its coverage in The Mercury. *Journal of African Media Studies*, v. 2, n. 3, p. 297-320, Nov. 2010. DOI: https://doi.org/10.1386/jams.2.3.297_1.

PENVENNE, J-M. *African Workers and Colonial Racism Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. London/New York: James Currey, 1996.

PENVENNE, J-M. *Shibalo as a Factor in Labour Migration: Sul de Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1977.

PENVENNE, J-M. *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Estudos 9. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), 1993.

PILILÃO, R. *Moçambique: evolução da toponímia e da divisão administrativa, 1974-1987*. Maputo: Divisão Gráfica da UEM, 1989.

QUEMBO, C. *O poder do poder: Operação Produção (1983) e a invenção dos “improdutivos” urbanos no Moçambique socialista*. Maputo: Alcance, 2017.

RAIMUNDO, I. Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique. *Economia, Política e Desenvolvimento*, v. 1, n. 1, p. 13-39, 2009. DOI: <https://doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v2n5p78-101>.

RAPER, P. The Portuguese Contribution to South African Toponymy. *Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies*, v. 18, n. 3, p. 24-28, 1988. DOI: <https://doi.org/10.5787/18-3-403>.

RITA-FEREIRA, A. *Os africanos de Lourenço Marques*. Memórias 9. Maputo: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1967/8.

LINHA D'ÁGUA

ROBINSON, D. A. *Curse on the Land: A History of the Mozambican Civil War*. (PhD Thesis of History). The University of Western Australia, School of Humanities, Western Austral, 2006.

RODRIGUES, E. Uma celebrada negra, que se chamava Joana: Rituais africanos e elite colonial em Quelimane no século XVIII. *Povos e Culturas*, v. 11, p. 231-254, 2007. DOI: <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2007.8787>.

ROQUE, A., Cartografar fronteiras nos finais do século XIX: questões em torno da demarcação e delimitação da fronteira entre Moçambique e o Transvaal, In: *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, 2011.

ROQUE, A., Rethinking Borders in Southern Mozambique. In: *ABORNE conference on How is Africa Transforming Border Studies?* Johannesburg, 2009.

SALGUEIRO, S. *Topónimos no espaço da CPLP: o vocabulário toponímico*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12495/1/tese_agosal_28092016.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

SNODIA, M.; TASARA, M.; NICHOLAS, M. Deconstructing the Colonial Legacy through the Naming Process in Independent Zimbabwe. *Journal of Studies in Social Sciences*, v. 6, n. 1, p. 71-85, 2014. DOI: <http://doi.org/10.4236/ojer.2014.32008>.

STUDYSITE.ORG, “Dorp”. Disponível em <https://studysite.org/dictionary/Afrikaans-meaning-of-dorp>. Acesso em: 03 ago.2022.

TEMBE, J. (Coord.). *História da Luta de Libertação Nacional*. Volume 1. Maputo: Imprensa Universitária da UEM, 2014.

THOTSE, M. Contesting Names and Statues: Battles over the Louis Trichardt/Makhado City-tex in Limpopo Province, South Africa. *Kronos* n. 36, p. 173-183, Nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.za/pdf/kronos/v36n1/v36a08.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023

TODOROVA, M. Contemporary Issues in Historical Perspective: The Mausoleum of Georgi Dimitrov as lieu de memoire. *The Journal of Modern History* v. 78, n. 2, p. 377-411, June 2006. DOI: <https://doi.org/10.1086/505801>.

TRINDADE, C.; CANI, A. (Coords.) *Moçambique, melhoramento dos assentamentos informais: análise da situação & proposta de estratégias de intervenção*. Maputo: Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat (CEDH), 2006.

TRINDADE, J. C. Rupturas e Continuidades nos Processos Políticos e Jurídicos. In: SANTOS, B. de S.; TRINDADE, J. C. (Orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, 2003, p. 97-128.

VANSINA, J. *Living with Africa*. Wisconsin: University Press of Wisconsin, 1994.

VERHEIJ, G. *Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940: dois casos de estudo*. Dissertação (Mestrado em História da Arte). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

YEOH, B. Street Names in Colonial Singapore. *Geographical Review*, v. 82, n. 3, p. 313-322, Jul. 1992.

YOUNG, C. *Postcolonial State in Africa: Fifty Years of Independence, 1960-2010*. Madison: University of Wisconsin Press, 2012.

Entrevistas

ABEL, Dudu. depoimento [Abr. 2022]. Entrevistadores: J. Mahumane e J. Tembe. Maputo. Entrevista concedida para o presente artigo

LINHA D'ÁGUA

Anónima. depoimento [Mar. 2022]. Entrevistadores: J. Mahumane e J. Tembe. Maputo. Entrevista concedida para o presente artigo.

ERNESTO, Agostinho: depoimento [Abr. 2022]. Entrevistadores: J. Mahumane e J. Tembe. Maputo. Entrevista concedida para o presente artigo.

MASSANGO, P. depoimento [Mar. 2022]. Entrevistadores: J. Mahumane e J. Tembe. Maputo. Entrevista concedida para o presente artigo.

NDIMANDE, Xarles. depoimento [Jun. 2022]. Entrevistadores: J. Mahumane e J. Tembe. Maputo. Entrevista concedida para o presente artigo.